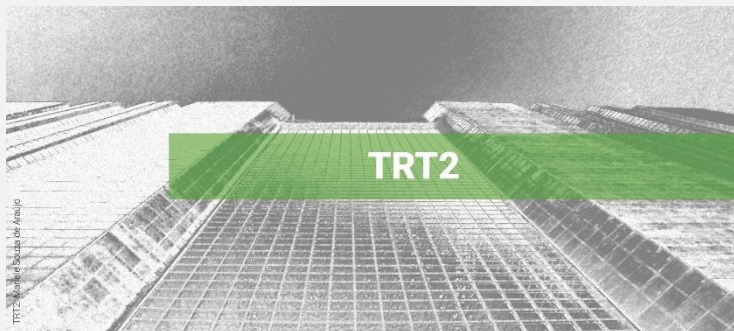


INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana

N. 19

Período: 11 a 15 maio 2026



Portaria n. 12/GP.CR, de 11 de maio de 2026

Altera a Portaria n. 27/GP.CR, de 18 de dezembro de 2025, para designar magistrado para atuação no Plano de Auxílio Extraordinário e Emergencial para Gabinetes com Acervo Elevado de Processos (Plano Acervo 2026).

Portaria n. 8/CR, de 7 de maio de 2026

Dispõe sobre a autorização de realização de perícia contábil por contador ou outro profissional externo, na forma que especifica.

Portaria n. 24/DGA, de 8 de maio de 2026

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 13/GP.CR, de 11 de maio de 2026

Altera a Portaria n. 10/GP.CR, de 22 de abril de 2026, que dispõe sobre vistas, consulta e fornecimento de cópias digitais de autos judiciais arquivados em meio físico no Arquivo Central, para ampliar o limite de processos no pré-agendamento de solicitação de cópias digitais, na forma que especifica.

Ato n. 23/GP, de 12 de maio de 2026

Dispõe sobre a estrutura e as atividades da Coordenadoria de Estatística e dá outras providências.

Portaria n. 25/DGA, de 14 de maio de 2026

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Órgãos de Interesse

Tribunal Superior do Trabalho

Ato n. 258/GDGSET.GP, de 8 de maio de 2026

Revoga, em razão da publicação da Resolução Conjunta n. 14/CNJ/CNMP, de 7 de abril de 2026, a Resolução Administrativa n. 1487, de 6 de dezembro de 2011, que determina a aplicação, no âmbito do Tribunal

Superior do Trabalho, do disposto no art. 1º, alínea "a", da Resolução n. 133, de 21 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, que trata do pagamento de auxílio-alimentação a magistrados, e a Resolução Administrativa n. 2515, de 27 de novembro de 2023, que dispõe sobre a aplicação, no que couber, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, do disposto na Resolução n. 256, de 27 de janeiro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, regulamentada pelo Ato Conjunto n. 1/PGR/CASMPU, de 17 de maio de 2023, da Procuradoria Geral da República.

[Resolução Administrativa n. 2.920/TST, de 8 de maio de 2026](#)

Aprova a lista dos admitidos na Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

[Edital n. 1494789/TST, de 11 de maio de 2026](#)

Determina publicação de edital de abertura de inscrição dos interessados em concorrer à vaga de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, destinada a membro de Tribunal Regional do Trabalho oriundo da magistratura de carreira.

[Ato Conjunto n. 31/TST.CSJT.GP.SG.SEOF, de 13 de maio de 2026](#)

Abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais do Trabalho no valor que especifica.

[Edital n. 1498596/TST, de 13 de maio de 2026](#)

Torna público que a escolha dos integrantes da lista tríplice ocorrerá em sessão do Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, no dia 27 de maio de 2026, às 17h30.

Ministério do Trabalho e Emprego

[Portaria n. 817/MTE, de 8 de maio de 2026](#)

Prorroga o prazo conferido pela Portaria n. 779/MTE, de 19 de maio de 2025, que suspende a alínea "a" do item 38.10.7 da Norma Regulamentadora n. 38 (NR-38 - Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos).

[Portaria n. 836/MTE, de 13 de maio de 2026](#)

Altera a redação da alínea "d" do item 18.12.1, inclui os subitens 18.9.1.1 e 18.12.5 e inclui conceito no glossário da Norma Regulamentadora n. 18 - Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, aprovada pela Portaria n. 3.733/SEPRT, de 10 de fevereiro de 2020.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

[Instrução Normativa n. 191/SRT.MGI, de 8 de maio de 2026](#)

Altera a Instrução Normativa n. 9/SGP.SEDGG.ME, de 22 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais, seccionais e correlatos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - Sipec para análise, autorização e liberação de recursos financeiros necessários ao pagamento de resídios remuneratórios reconhecidos como devidos pela administração a servidores, contratados temporariamente ou empregados da administração direta, autárquica e fundacional e a aposentados ou beneficiários de pensão abrangidos pelo Regime Próprio de Previdência Social da União, falecidos, e dá outras providências.

[Instrução Normativa n. 197/GABIN.MGI, de 12 de maio de 2026](#)

Altera a Instrução Normativa n. 53/SGP.SEDGG.ME, 1º de agosto de 2022, que estabelece orientações a serem adotadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para a concessão da indenização de transporte.

Conselho Nacional de Justiça

[Portaria n. 184/CNJ, de 6 de maio de 2026](#)

Torna público o Regulamento do 3º Prêmio de Inovação do Poder Judiciário - 2026.

[Portaria n. 3/CNJ, de 8 de maio de 2026](#)

Aprova o Manual do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud).

[Portaria n. 187/CNJ, de 8 de maio de 2026](#)

Institui o regulamento do Prêmio “Justiça & Saúde do CNJ” 2026.

[Portaria n. 189/CNJ, de 12 de maio de 2026](#)

Altera a Portaria n. 190/CNJ, de 17 de setembro de 2020, que institui o Grupo de Trabalho denominado “Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário” e dá outras providências.

[Provimento n. 224/CNJ, de 12 de maio de 2026](#)

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149/CNJ, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o uso obrigatório do Sistema de Construção Judicial (Constrijud), mantido pelo Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis como módulo do Serp-Jud, disciplinando o envio, processamento e cumprimento de ordens de construção imobiliária, os deveres dos registradores de imóveis, os fluxos de prenotação, qualificação e pagamento de emolumentos, a comunicação eletrônica entre órgãos judiciais e registradores, bem como regras de acesso, prazos, implementação e aspectos técnicos.

Poder Executivo

[Decreto n. 12.967, de 12 de maio de 2026](#)

Altera o Decreto n. 12.374, de 6 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, para avaliação de desempenho de servidores ocupantes de cargo público efetivo durante o estágio probatório previsto no art. 20 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Conselho Federal de Medicina

[Resolução n. 2.458/CFM, de 16 de abril de 2026](#)

Normatiza o uso do fenol para fins médicos visando garantir a segurança do paciente.

Ministério do Planejamento e Orçamento

[Portaria n. 176/SOF.MPO, de 12 de maio de 2026](#)

Estabelece procedimentos e prazos para a elaboração das propostas orçamentárias para o Projeto de Lei Orçamentária de 2027, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a serem observados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e dá outras providências.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

[Resolução n. 234/CNAS.MDS, de 14 de maio de 2026](#)

Define, caracteriza e estabelece parâmetros quanto ao processo de integração e inclusão ao mundo do trabalho justo e digno para o público da política de assistência social.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Avenida Paulista, 2064 - 20º andar - Centro
CEP: 01310-200 - São Paulo/SP
Tel: (11) 3150-2314

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal